



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 17 de julho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO

EDITORIAL	1
OPINIÃO	

JORNAL DO COMMERCIO

FRENTE & PERFIL	2
OPINIÃO	

JORNAL DO COMMERCIO

Expansão do PIM	3
OPINIÃO	

JORNAL DO COMMERCIO

Agilidade de PPBs contempla produção do polo de Manaus	4
OPINIÃO	

JORNAL DO COMMERCIO

Problemas	5
POLITICA	

JORNAL DO COMMERCIO

Liderança forte	6
POLITICA	

A CRITICA

Famílias reduzem dívidas	7
ECONOMIA	

A CRITICA

Variação	8
ECONOMIA	

A CRITICA

Pela ética nas eleições municipais	9
ECONOMIA	

A CRITICA

Incentivo de Icms	10
ECONOMIA	

A CRITICA

Zona Franca	11
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO

AUDITORES	12
ECONOMIA	

DIÁRIO DO AMAZONAS

Alta do diesel leva setor de transporte a estudar reajuste	13
ECONOMIA	

EDITORIAL

A responsabilidade da Prefeitura de Manaus perante o PIM

A TV Band Manaus promoverá, no próximo dia 2 de agosto, o primeiro debate entre os candidatos à sucessão do prefeito Amazonino Mendes em Manaus. Dentre os relevantes assuntos, importante seria os candidatos debaterem a histórica e vergonhosa omissão da prefeitura

da capital em relação ao PIM (Polo Industrial de Manaus).

Com razão, os empresários reclamam da completa indiferença do Poder Público Municipal à política de desenvolvimento industrial implementada pelo governo federal na região Norte da Amazônia via ZFM. E a indiferença não pode se justificar pelo surrado fato de

que a ZFM é uma questão exclusiva das esferas federal e estadual, como se o PIM existisse em algum lugar da Groenlândia, bem distante daqui.

As reiteradas reclamações dos empresários ao *Jornal do Commercio* soam, portanto, mais do que justas, mostrando já ser hora, consequentemente, de a prefeitura ter assento e passar a ser

sujeito nas deliberações do CAS (Conselho de Administração da Suframa) e do Codam (Conselho Estadual de Desenvolvimento do Estado do Amazonas), influenciando diretamente, com o governo estadual, a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado, fortalecendo o PIM e exercendo papel decisivo em projetos que resultem em grandes conquistas econô-

mico-sociais para milhares de trabalhadores.

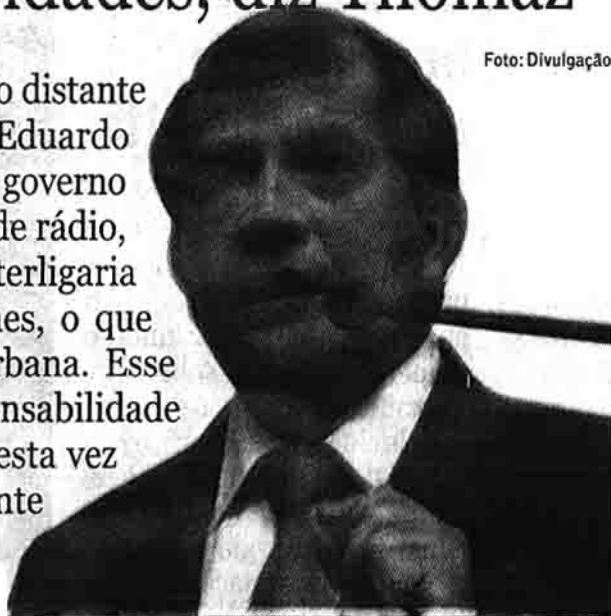
A sugestão e o desafio estão lançados – uma boa pauta para um debate sério, responsável e que se consagre, posteriormente, na criação de uma Secretaria Municipal de Indústria e Comércio para assumir as tarefas inerentes ao impulsionamento do polo industrial da capital.

FRENTE & PERFIL

Suframa tem outras prioridades, diz Thomaz

Começa a ser desenhada para um futuro não muito distante uma rota de colisão entre a Suframa e o senador Eduardo Braga. Pelo menos é o que se conclui após o líder do governo no Senado cobrar publicamente, no seu programa de rádio, no sábado (14), um projeto do anel viário que interligaria o Distrito Industrial ao Aeroporto Eduardo Gomes, o que acabaria com a circulação de carretas na área urbana. Esse projeto, segundo Eduardo está atrasado e a responsabilidade é da autarquia. Também em programa de rádio, desta vez na CBN, nessa segunda-feira (16), o superintendente **Thomaz Nogueira** respondeu ao senador.

Foto: Divulgação



Expansão do PIM

De acordo com Nogueira, o projeto existe, mas está numa avaliação técnica e não política. Thomaz deu a entender que a Suframa tem prioridades maiores para serem resolvidas, como por exemplo, a situação de salários dos servidores e o próprio CBA. Outro destaque dado pelo superintendente que precisa imediatamente de atenção é a expansão da área física do Polo Industrial de Manaus (PIM). Thomaz Nogueira disse que tem fábrica já se instalando em ruas que não são asfaltadas e isso não pode ocorrer. Com essa declaração, Nogueira deixa claro que a Suframa tem que

seguir o caminho técnico e não político, como muitos querem. Recados, publicamente dados, vamos acompanhar os próximos capítulos.

Índio pescador

Um projeto para desenvolver a piscicultura em terras indígenas está sendo analisado pelos técnicos do BNDES. De acordo com a Secretaria Estadual dos Povos Indígenas (Seind) o projeto Wayuri quer em 36 meses resolver o problema da escassez de pescado nas terras demarcadas e homologadas do Alto Rio Negro. Junto com outro projeto, o Manakay, o Wayuri deve beneficiar cerca de 16 mil índios que vivem

Agilidade de PPBs contempla produção do polo de Manaus

EUSTÁQUIO LIBÓRIO*

A morosidade que caracterizou a fixação de processos produtivos básicos (PPBs) direcionados aos artigos a serem produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) nos últimos anos da administração que antecedeu Thomaz Nogueira parece definitivamente deixada para o passado.

A disposição do investidor em aplicar recursos no Polo Industrial de Manaus (PIM), neste aspecto, tem

sido correspondida pelas autoridades federais que intervêm na avaliação, normalização e fixação dos PPBs, como bem ilustra a publicação no Diário Oficial da União (DOU), edição de 10 de julho, do PPB para fabricação, em Manaus, de câmaras de ar para bicicletas.

O anúncio dessa novidade pela empresa interessada, a Neotec, que já produz aqui pneus para

motocicletas e bicicletas, aconteceu no fim de junho e os ministérios já disponibilizaram, para consulta pública, a proposta 12/2012 tratando sobre o assunto.

A numeração da proposta já diz um pouco dessa agilidade recém-conquistada, ou quem sabe, readquirida. Se todas essas 12 propostas estavam direcionadas para a Zona Franca de Manaus, significa que pelo menos duas estão sendo liberadas para consulta a cada mês.

Comparado a outros PPBs já fixados para produtos a

serem fabricados em Manaus com a utilização de matéria-prima regional, esse que tem como objeto a câmara de ar da Neotec possivelmente traz inovação do ponto de vista mercadológico.

A empresa fabricante do artigo já definiu recursos, a demanda, mesmo ao se considerar o mau momento pelo qual passa o segmento de duas rodas, é alta, e a própria indústria do grupo Levorin não tem, ainda, o objetivo explícito de abastecer todo o mercado de duas rodas estabelecido em Manaus com seu artefato.

A inovação a respeito desse PPB consiste, justamente, nesses aspectos positivos inexistentes para outras iniciativas de normalizar a fabricação de itens pelo polo de Manaus com o uso de produtos regionais da biodiversidade amazônica, como no caso de cosméticos e fitofármacos.

O aproveitamento da potencialidade originada de produtos da floresta

em artigos a serem manufaturados no PIM com maior grau de agregação de valor ainda é, infelizmente, mera intenção de fazer no planejamento das esferas governamentais, enquanto, no setor privado, os empreendimentos que se dispuseram a explorar esse filão continuam a marcar passo sem que se tenha notícia de crescimento mais expressivo.

* É jornalista e editor-chefe da revista PIM.

Problemas

Demissões no PIM preocupam vereadores

O alto índice de demissões que estão ocorrendo nos últimos dias no PIM (Polo Industrial de Manaus) repercutiu negativamente e em tom de preocupação dos vereadores na manhã dessa segunda-feira (16), no plenário da CMM (Câmara Municipal de Manaus). Quem iniciou o debate foi o vereador Joaquim Lucena (PSB), que teve apportes dos colegas Wilker Barreto (PHS), Luiz Alberto Carijó (PDT) e Massami Miki (PSL).

Lucena alertou que só a indústria Yamaha, montadora de motocicletas, demitiu recentemente 30 chefes, ou seja, as demissões já atingem os funcionários qualificados e não apenas os trabalhadores de chão de fábrica. "A Moto Honda que é a maior montadora de motocicletas da América Latina poderá demitir mais gente se não forem tomadas providências", disse ele.

Para Lucena é imprescindí-

vel que as autoridades amazônicas instituíam uma mesa de reuniões, "constante e sem vaidades ou cores partidárias", para promover esses debates e buscar alternativas e soluções para os problemas da Zona Franca de Manaus. O vereador Wilker Barreto comungou da mesma preocupação de Lucena e alertou que se não forem tomadas providências urgentes a Zona Franca de Manaus pode estar caminhando para uma situação de instabilidade e até de caos total.

Já Carijó manifestou preocupação com o futuro do PIM. Segundo ele, só o polo de duas rodas que é o maior da América Latina e tem o segundo faturamento nacional só perdendo para a Petrobras, teve uma redução de 15% do seu faturamento no primeiro semestre deste ano. "Se nós não nos unirmos, em menos de dez anos perderemos a ZFM, mesmo estando perenizada", enfatizou.

Liderança forte

Braga garante anel viário e R\$ 35 milhões

Por J Taketomi

Com a força da liderança que exerce no Senado Federal em nome da presidente Dilma Rousseff (PT), o senador Eduardo Braga (PMDB) vai somando importantes conquistas em favor do Estado do Amazonas. Ele já assegurou, junto ao Ministério da Saúde, a liberação de R\$ 6 milhões para serem investidos na compra de equipamentos e materiais hospitalares destinados a unidades de saúde de Manaus e de municípios do interior do Amazonas.

Dentre os municípios beneficiados destacam-se Amaturá (R\$ 286.900), Beruri (R\$ 258 mil), Caapiranga (R\$ 286.870), Itamarati (R\$ 568.400), Novo Airão (R\$ 729.230), Tefé (R\$ 184.500), Tonantins (R\$ 223.500) e Urucurituba (R\$ 196.600). O senador informou ao *Jornal do Commercio* que o Ministério da Saúde repassará todos esses recursos nos próximos dias à Susam (Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas).

Braga explica que a sua agenda política, atualmente, não se restringe apenas às suas atividades enquanto articulador do Palácio do Planalto no Congresso Nacional, e tampouco à

campanha eleitoral em favor da candidatura da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) à Prefeitura de Manaus, mas também à luta por investimentos federais no Amazonas, inclusive por meio de emendas parlamentares ao orçamento da União para 2012.

Anel viário

Ele já obteve da presidente Dilma Rousseff autorização para a construção de um anel viário interligando o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes

Ele já obteve de Dilma autorização para a construção de um anel viário do Aeroporto Eduardo Gomes ao PIM da Suframa

ao Distrito Industrial da Suframa, melhorando o trânsito de carga e descarga do PIM (Polo Industrial de Manaus). Ele observa, no entanto, que apesar de suas gestões junto ao governo federal, é necessário que o novo superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, conclua o projeto do anel para que as próximas etapas do empreendimento sejam concretizadas.

O senador confirmou também a liberação de R\$ 35 milhões para a primeira etapa de construção do novo Hospital de



Foto: Moreira Mariz/Agência Senado

Eduardo Braga já assegurou a liberação de R\$ 6 milhões para serem investidos nas unidades de saúde de Manaus e do interior

Sangue do Hemoam. O hospital será o primeiro do Brasil, com quatro andares e mais 120 leitos com enfermarias para crianças e adultos de acordo com projeto da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas. Os recursos já estão disponibilizados na Caixa Econômica Federal e serão liberados tão logo sejam aprovados os projetos básico e executivo e providenciado o processo licitatório antes do final de 2012. "Fizemos a nossa parte e agora

esperamos que as coisas andem para que os recursos não sejam perdidos", disse o senador.

Braga conseguiu, ainda, a liberação de R\$ 4 milhões do Ministério da Defesa para obras de infraestrutura urbana em municípios do Programa Calha Norte. Os recursos beneficiam os municípios de Lábrea, Tefé, Humaitá e Codajás com pavimentação de ruas e serão repassados à Seinfra (Secretaria de Estado de Infraestrutura do Amazonas).

Famílias reduzem dívidas

Amazonenses diminuíram de R\$ 228,81 milhões para R\$ 202,37 milhões o endividamento em 2011, ou 11,55% de queda

LUANA GOMES

luana.gomes@acritica.com.br

Após atingir uma dívida de R\$ 56 mil em apenas um cartão, Leonardo Bezerra resolveu reverter a situação e diminuir os gastos. Embora sob sufoco por um longo período, o profissional de Educação Física conseguiu reduzir sua dívida para uma faixa de R\$ 5 mil.

Embora pareça incomum, a redução nos valores das dívidas faz parte da nova realidade dos manauenses, de acordo com a "Radiografia do Endividamento das Famílias Brasileiras", elaborada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP).

Conforme o levantamento, em 2011, o montante de dívidas na capital amazonense teve uma queda de 11,55% ante o valor registrado em 2010. Os valores saíram de R\$ 228,81 milhões para R\$ 202,37 milhões.

A retração na quantia foi registrada mesmo com o aumento no número de famílias que se endividaram, na transição de 2010 para 2011. Os dados apontam que a quantidade de grupos familiares com "contas no vermelho" teve alta de 0,66%, ao saltar de 266,59 mil para 268,36 mil. Ainda assim, no mesmo período, a média de endividamento para cada família passou de R\$ 858 para R\$ 754.

Em números

R\$ 202,37
milhões

Este foi montante de dívidas das famílias manauenses em 2011. Em comparação aos dados de 2010, houve uma queda de 11,55% no valor registrado. Naquela época, a quantia anotada equivalia a um total de R\$ 228,81 mi.

De acordo com a pesquisa, este saldo é o segundo menor registrado em 2011 no País, atrás apenas de Boa Vista. Na capital roraimense, o valor da dívida por família era de R\$ 633, embora tenha sido superior ao de 2010 (R\$ 615).

Para ser um dos que compõe os dados da capital, Bezerra precisou "suar" bem mais, passando a trabalhar em mais três academias e mantendo ativa a sua empresa de eventos na área.

Ele comentou que, como forma de controlar as dívidas, resolveu cortar os gastos desnecessários, assim como o uso de vários cartões. Além disso, entrou em negociação com seus credores, cujo resultado foram descontos que chegavam a 90%.

Contudo, apesar do esforço, o controle das dívidas não é um



Manaus foi uma das únicas capitais da Região Norte a apresentar recuo no nível de endividamento, incluindo Belém

desempenho alcançado pelos homens, segundo o mestre em Economia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Francisco de Assis Mourão. O professor apontou que as mulheres da região costumam ser as "cabeças" da família, em virtude do típico comportamento dos homens amazonenses, que costumam "abandonar seus lares". "A mulher, apesar de ser

gastadeira, quando vira arrimo da família, passa a ter o comportamento contrário", observou.

De acordo com o professor, as mulheres assumem uma responsabilidade que as impede de fazer gastos a mais do que estava previsto para o mês.

Manaus foi uma das únicas capitais da Região Norte a apresentar recuo no nível de endividamento, junto a Belém. Na ci-

dade paraense, o resultado foi menos expressivo, com a redução de apenas 0,02%, quando a dívida local saiu de R\$ 306,37 milhões mensais para R\$ 306,30 milhões por mês.

Devido as dívidas das duas capitais representarem 66,05% do montante de dívidas de toda região, as duas foram responsáveis pelo resultado positivo adquirido no Norte.

Norte é o endividado do País

De acordo com informações da Federação, dentre as Regiões brasileiras, a Norte foi a única onde houve redução do valor da dívida das famílias entre os dois anos. Com base nos dados, o montante de dívidas das famílias nortistas era de R\$ 775,85 milhões por mês em 2010, mas teve uma queda de 0,7% no ano posterior (R\$ 770,09 milhões).

Segundo a pesquisa, 66,32% das famílias da Região estão endividadas, do qual a maioria está concentrada em Rio Branco (76,79%). Boa Vista é a capital nortista com o menor número de famílias nessa condição (59,26%).

No Norte, a parcela da renda comprometida é de apenas 25,71%. Conforme a justificativa da assessoria técnica da Federação, como o rendimento médio mensal das famílias da Região Norte é de R\$ 3.644,83, 30,33% inferior ao da média nacional (R\$ 5.231,53), implica em uma capacidade menor de endividamento das famílias.

Variação

Taxas têm alterações mínimas

Procon-SP pesquisou as taxas médias de juros ao consumidor em sete bancos, este mês

SÃO PAULO (FOLHAPRESS) As taxas de juros de empréstimo pessoal e cheque especial dos principais bancos brasileiros permaneceram praticamente estáveis entre junho e julho, segundo levantamento da Fundação Procon-SP. A taxa média de empréstimo pessoal dos bancos pesquisados foi de 5,42% ao mês, inferior aos 5,50% de junho. A queda de 0,08 ponto percentual, no entanto, é explicada pela entrada do banco Safra no levantamento deste mês.

Levando-se em consideração apenas as instituições pesquisadas em junho, a taxa permaneceu inalterada. Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú Unibanco e Santander permaneceram com a mesma taxa de juros do mês anterior.

No cheque especial, a taxa média dos bancos pesquisados foi de 8,05% ao mês, 0,31 ponto percentual abaixo do valor de julho, que foi de 8,36%. A queda foi puxada pelo Banco do Brasil, que alterou de 8,27% para 5,70% ao mês o juros do cheque especial, e pelo HSBC, que baixou sua taxa de 9,98% para 9,94% ao mês. Os demais bancos - Bradesco, Caixa, Itaú e Santander - mantiveram suas taxas de cheque especial. Excluindo o banco Safra da comparação, as taxas do cheque especial praticadas pelos demais bancos caiu 0,43 ponto percentual, para 7,93% ao mês.

A pesquisa foi feita pelo Procon do Estado de São Paulo em 2 de julho, nos bancos do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú, Safra e Santander.

Segundo o órgão de defesa do

Busca rápida



Pacote de tarifa cobrado por bancos

Diferença de até 70% foi encontrada nos valores entre os pacotes de tarifas cobrados por sete bancos brasileiros pode chegar a 70%, segundo pesquisa divulgada pela Fundação Procon-SP, em junho. A pesquisa analisou e comparou tarifas do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú, Safra e Santander. Nos pacotes padronizados, o menor valor praticado foi de R\$ 10, pela Caixa Econômica, e de R\$ 17, pelo Banco Safra.

consumidor, como existe a possibilidade de variação da taxa do empréstimo pessoal em função do prazo do contrato, foi estipulado o período de 12 meses.

Para o cheque especial, foi considerado o período de 30 dias. Os dados coletados referem-se às taxas máximas pré-fixadas para clientes não preferenciais, independente do canal de contratação.

A pesquisa do Procon foi realizada antes da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que no dia 11 de julho reduziu a taxa básica de juros da economia (Selic) de 8,5% para 8%. O Procon-SP disponibiliza no site www.procon.sp.gov.br uma ferramenta para calcular o custo total do empréstimo ou financiamento.

Pela ética nas eleições municipais

Na última terça-feira, dia 10, na sede da FIEAM, foi lançada pela Ação Empresarial do Amazonas, Carta Aberta aos Candidatos ao pleito Municipal, deste ano, levando a assinatura das seguintes entidades patronais: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas; Associação Comercial do Amazonas e o Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Este manifesto dos empresários estabelece seis

pontos fundamentais de comprometimento a serem seguidos pelos postulantes ao executivo e legislativo do município de Manaus, a saber: 1) Ética; 2) Transparência; 3) Melhoria da Qualidade de Vida; 4) Fortalecimento do Polo Industrial de Manaus; 5) Uma Relação de Grandeza com a Sociedade; e 6) Valorização do Centro Histórico. Entre os pontos destacados, coloca em primeiro lugar, não por acaso, a ética. Para os gregos da antiguidade, primeiros a estabelecer esse princípio, a ética nasce da vida coletiva, do conjunto de instituições que marcam a vida comum.

Para eles não havia uma ética inteiramente reduzível aos indivíduos, ela também se aplicava às instituições públicas que influenciam a vida coletiva e condicionam a vida dos indivíduos. Para o nível individual, são estabelecidos critérios de ação moral que significam o conjunto de ações que o homem pode realizar. Para as instituições públicas, os gregos chamaram a ética de política. Daí porque não concebiam pensar política sem ética, isto é, sem normas e critérios a partir dos quais o ser humano através das instituições atinge o entendimento. Portanto, a ética, além de partir da vida

individual também parte da vida coletiva, social. Assim também pensam os integrantes da Ação Empresarial do Amazonas, como representantes da sociedade organizada produtiva, e resolvem estabelecer um vínculo de comprometimento para os que venham a ser eleitos para mais um mandato no executivo e legislativo municipal, a fim de que demonstrem com propostas concretas, isenta de ataques gratuitos, como melhorar Manaus e o seu cartão postal que é o Distrito Industrial. Com ética precisam atacar os problemas mais prementes que impedem a

melhoria da qualidade de vida de Manaus, construindo soluções que de fato beneficiem toda a comunidade. Com ética, fortalecer o Distrito Industrial desenvolvendo ações visando ampliar a competitividade da indústria, impulsionando o crescimento econômico e o emprego do setor industrial. Com ética, discutir com a participação de toda a sociedade a recuperação e manutenção das vias de comunicação do Distrito Industrial e a criação de um programa de incentivo de impostos e taxas municipais que estimule os empreendimentos geradores de emprego e renda.

Gilmar
Freitas

e-mail:
gilmarfreitas@
hotmail.com



Incentivo de Icms

Seplan ainda aguarda estudos

Empresas devem entregar relatório até dia 31

Apenas duas fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM) entregaram o estudo de competitividade, que garante a continuidade de incentivos "plus" do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS), à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Eco-

nômico (Seplan). O Estado prorrogou o prazo da entrega do documento por três vezes e as fábricas têm apenas 10 dias para fazê-lo. É através do estudo que o Governo vai renovar a validade do incentivo.

O detalhe é que nem o secretário executivo adjunto de Polí-

ticas Setoriais da Seplan, Appio Tolentino, nem o secretário executivo do Fisco estadual, Juarez Tridapali, tem uma média de quantas empresas do PIM devem apresentar o estudo que renova o único incentivo fiscal concedido pelo Estado.

De acordo com a Seplan, devem apresentar o estudo as empresas que obtiveram prorrogação do benefício fiscal de 100% de crédito-estímulo por meio do Decreto 32.031, de 30 de dezembro de 2011, inclusive os produtos que constam no parágrafo 13 do artigo 13 da Lei 2.826 de 29 de setembro de 2003.

Segundo a Lei 2.826, têm o



Estudo renova a validade do ICMS

benefício fiscal empresas que produzem embarcações, terminais portáteis de telefonia celular, alguns itens de bens de informática e automação, auto-rádio, entre outros produtos.

"No estudo de competitividade a empresa precisa apresentar dados do custo que tem em produzir no PIM, quanto vende o bem final, e qual o valor praticado pelos concorrentes nacionais e, se for o caso, relacionar ao produto importado", detalhou Appio. Com essas informações uma equipe técnica do Governo terá dados concretos para avaliar se o incentivo concedido à produção para cada produto está na proporção justa que per-

mita competitividade no mercado ao mesmo tempo em que se preserva o poder de arrecadação do Estado.

Além disso, pode ser que o estudo aponte também, de acordo com Appio, que a empresa está em uma boa fase quanto aos concorrentes e não precisa mais de um "plus" no incentivo que possui. "Temos casos de empresas que pagavam 45% de ICMS, mas de acordo com estudos antigos precisaram de um incentivo a mais e acabaram tendo 100% de incentivo. Precisamos, agora, reavaliar benefícios concedidos", afirmou o secretário adjunto. O prazo encerra dia 31 de julho.

Zona Franca

Acordo para aprovar MP 563

Medida propõe incentivos fiscais para indústrias

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, anunciou ontem à noite um acordo de líderes que vai permitir a conclusão da votação da Medida Provisória (MP) 563/12, propõe incentivos fiscais para diversos setores da indústria, e a análise da MP 564/12, que integram o Plano Brasil Maior, sem obstrução da oposição.

Segundo a relatora da MP 563/2012, deputada federal Rebecca Garcia (PP), a MP também garante a prorrogação dos incentivos fiscais, de 2013 até 2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Rebecca Garcia afirmou que a prorrogação é fundamental para as indústrias e as empresas instaladas no Norte e no Nordeste.

“Esses incentivos também são extremamente importantes para as fábricas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM). É uma medida que diminui as dificuldades enfrentadas por essas empresas, como os problemas com logística”, comentou.

Outra emenda importante para o Amazonas destacada pe-

Articulação

A elaboração do relatório da MP 563 estendeu incentivos propostos para empresas de transporte de carga e de passageiros, dos fabricantes de brinquedos e dos fornecedores de pedras, como granitos e mármore.

la deputada é a que cria um regime especial de tributação do Programa Nacional de Banda Larga para a implantação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações para as conexões de Internet em banda larga, já que poderá melhorar os serviços de Internet oferecidos na Amazônia.

Rebecca Garcia afirmou ainda que a MP 563 prevê desoneração da folha de pagamentos, em troca de uma percentagem sobre a receita bruta, dos setores de hotéis, de móveis, de autopeças, naval, aéreo e de empresas de call center e de projetos de circuitos integrados (chips).

AUDITORES

Cieam faz ajuste final em ação

 **ANWAR ASSI**
Equipe EM TEMPO

Anunciada para a semana passada, a ação judicial que o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) pretende ingressar contra a greve dos auditores fiscais da Receita Federal está quase pronta e deverá ser apresentada nos próximos dias.

De acordo com uma fonte empresarial, que pediu para não se identificar, a ação deverá ser protocolada hoje ou no mais tardar até amanhã. Segundo o presidente do Cieam, Wilson Périgo, a ação está praticamente concluída, ressaltando que falta apenas ajustar alguns detalhes.

Conforme o departamento jurídico do Cieam, a ação vai ser movida para evitar prejuízos ao setor privado, que não é parte da "pendenga" entre o governo e os auditores fiscais.

Ontem, a notícia de que a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) conseguiu uma liminar, semana passada, que determinou a liberação de qualquer mercadoria no porto de Paranaguá (PR) em, no máximo, cinco dias deixou otimistas os empresários locais. "Essa decisão dá um alento para que a nossa ação seja acatada", enfatizou Wilson Périgo.

O presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Ismael Bicharra, afirmou que se os auditores entrarem em greve geral, no próximo mês, a entidade, juntamente com outros órgãos empresariais, vai recorrer à Justiça para evitar prejuízos ao comércio.

Alta do diesel leva setor de transporte a estudar reajuste

■ Percentual de aumento no valor dos serviços deve ficar acima de 3% no AM



CUSTO
O gasto com combustível
representa 30% do custo total
do frete

Empresários alegam que o momento não é de reajustar preços. Devido ao **desaquecimento da indústria, as operações de transporte** foram reduzidas e equipamentos ficaram parados, o que influenciou também na redução da contratação de mão de obra.

TEXTO Laís Motta
FOTO Raimundo Valentin
MANAUS

Com o segundo reajuste no preço do óleo diesel em menos de um mês, o setor de transporte no Amazonas estuda quanto será o repasse para os serviços de fretes, que deve ser superior a 3%. O transporte fluvial também deverá rever os valores dos serviços.

A informação foi confirmada pelo Sindicato das Empresas de Agenciamento, Logística e Transportes Aéreos e Rodoviários de Cargas do Estado do Amazonas (Setcam). O gasto com combustível representa 30% do custo total do frete.

"É o segundo aumento nesse mês. Não dá para suportar tanto impacto", disse o primeiro secretário do Setcam, Raimundo Augusto Neto. O setor está discutindo o tamanho do

repasso desde a última sexta-feira, quando receberam a informação do novo valor. O novo custo do frete ainda não é preciso, mas Augusto Neto confirma que os associados já estão fazendo as contas para saber o quanto pode ser absorvido.

O segundo aumento no mês, comunicado pela Petrobras no último dia 12, informa que o reajuste seria de 6% no preço de venda do diesel nas refinarias e de aproximadamente 4% para o consumidor final. A nota informa que o novo valor valerá a partir de 16 de julho e leva em consideração a política de preços da companhia, que busca alinhar o preço dos derivados aos valores praticados no mercado internacional. No final de junho, a Petrobras já havia aumentado os preços da gasolina em 7,83% e do diesel em 3,94% nas refinarias. A companhia informou que não repassaria aos distribuidores e população, já que as alíquo-

tas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente nesses combustíveis foram zeradas.

Para Augusto Neto, o diesel está recebendo o ônus da gasolina. "Não acredito que seja nivelamento de mercado. Estão sim transferindo para o diesel o ônus pesado da gasolina", afirmou.

No início de julho, o diesel já

havia sofrido aumento de R\$ 0,04, influenciado pela alta do biodiesel que compõe 5% do combustível. O reajuste pegou de surpresa o setor de transporte de cargas no Amazonas que na época anunciou aumento médio de R\$ 1,20 nos serviços de fretes.

O presidente da Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia (Fetramaz), Irani Bertolini, não soube precisar o valor médio dos fretes no Estado, mas disse que existe uma planilha com os preços, influenciados pela mão de obra, custo com caminhão, frete da balsa, entre outros fatores. As tarifas tabeladas por cada empresa variam para cada tipo de serviço.

Para o diretor da E B Martins Transportes, Edson Buch, o aumento complica ainda mais a situação do setor. "Pelo momento que vivemos, precisamos de redução e não de aumento", disse.

OS NÚMEROS

R\$ 1,91 é o
preço do litro do diesel
cobrado em Manaus
segundo levantamento da
Agência Nacional de Petróleo, Gás
Natural e Biocombustíveis (ANP).

R\$ 2,19 é o
preço do litro do diesel
cobrado pelos postos de
combustíveis no interior do AM.